

Resumo

O presente artigo pretende discutir os desafios do Direito Ambiental em tempos de “pós-verdade”: a tensão discursiva e fática entre desenvolvimento e preservação ambiental e o avanço de pautas conservadoras que prejudicam os propósitos delineados pelo legislador constituinte. O objetivo é demonstrar como tal articulação é prejudicial à proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Espera-se como resultado fomentar discussão interdisciplinar e crítica sobre o tema, em conformidade com a vocação da teoria do Direito Ambiental.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Proteção. Retrocesso. Desenvolvimento. Pós-verdade.

O verbete do ano 2016 foi “pós-verdade”. Sinal dos tempos em que as notícias falsas perduram, conseguem adeptos e a verdade não tem vez. A sociedade do espetáculo é hoje virtual. Em todos os espaços há pessoas de várias idades, todas elas presas aos seus celulares. Já nem se pode falar em “celular”. Nem é suficiente dizer “*smartphone*”. Na realidade, a palavra da moda é “*mobile*”. Milhões de pessoas no Brasil já recorrem à comunicação mediante o uso de seus “*mobiles*”.

Será que isso afeta o Direito Ambiental?

Há evidência que sim. Principalmente por cuidar de uma área sensível, nevrálgica, polêmica e sempre causadora de perplexidade e estupefação. Reações emocionais, nervosas, irônicas, sarcásticas, acintosas e debochadas.

Há muitas “tribos” envolvidas. Desde os “veganos”, que não consomem nada que tenha origem animal, até os “desenvolvimentistas” mais empedernidos, céticos em relação às consequências do aquecimento global. Por sinal, consideram as mudanças climáticas algo natural, que o Planeta sempre enfrentou e que não causarão os distúrbios apontados pelos cientistas.

Gama enorme de tonalidades entre os dois polos antípodas. A constatação é a de que não poucos estranham o comportamento insólito da Terra. No micro e no macro. As tempestades recentes acusam mais de 11 mil raios em poucas horas. Não costumava ser assim. Tudo normal, tudo natural?

O Ceará está perdendo turismo e espaço para o mar que avança. O fenômeno é chamado balanço sedimentar costeiro: se o mar leva mais areia do que trás, a erosão acaba com a praia. Eventos naturais, como o aumento do nível do mar e o vento colaboram. Mas a ação do homem está incluída no processo. A região costeira de Caucaia, na grande Fortaleza, perde de 7 a 8 metros de costa por ano, taxa muito elevada segundo o Laboratório de Ciência do Mar – Labomar da Universidade Federal do Ceará. Essa também a situação de Icarai e Cumbuco, praias apazíveis daquele belo litoral. Têm sido insuficientes as barreiras de pedras¹, pois o mar leva tudo embora. Nada de anormal?

Perfurar poços artesianos a cada novo edifício que se incorpora na capital paulista ou em qualquer outra grande cidade não prejudica o aquífero Guarany, *nosso cheque em branco* para uso de toda água que se quiser utilizar, agora e para todo o sempre. Exagero?

Poder-se-ia elencar infinita relação de dados que ganham disseminação, cada vez mais rápida pois as redes sociais são instantâneas e permanentes, que trazem dúvida, mas que alguns aceitam como certeza. Até para não ter a preocupação de refletir a respeito e de cobrar providências que não excluam qualquer ser humano de responder por elas. Afinal, incumbe à sociedade — e sociedade somos todos nós — zelar pelo ambiente, mantê-lo hígido e saudável, a fim de que dele possam se servir aqueles que nos sucederem na aventura terrena.

A velocidade com que hoje se disseminam boatos, inverdades, verdades e pós-verdades é impressionante.

* Desembargador aposentado do TJSP. Integrou a primeira formação da Câmara Reservada ao Meio Ambiente e é autor de “Ética Ambiental”, 3. ed., Thomson-Reuters, 2015.

¹ O “*bagwall*” é uma estrutura em degraus, projetada para dissipar a energia das ondas e evitar a retirada da areia. Em Icarai, são 11 degraus. Essa obra já foi feita duas vezes, entre 2010 e 2015 e em ambas acabou destruída pela força do mar. Agora pensa-se em construir espigões, estruturas perpendiculares à costa em forma de Y, T ou Z, que facilitem o acúmulo de sedimentos. Mas além do alto custo, quem poderá assegurar que isto baste?

E pensar que em 1877, quando morava nos Estados Unidos, Joaquim Nabuco estranhava tanto a rapidez na divulgação de fatos como a celeridade com que eram substituídos e lançados ao esquecimento:

Vive-se hoje quanto à soma de impressões de cada hora cem vezes mais do que antigamente, porque elas nos vêm de todos os cantos da terra. A princípio isso determina uma certa excitabilidade nervosa, mas talvez acabe por produzir uma inteira insensibilidade. Estive neste país durante grandes acontecimentos: depois de ver a efervescência que eles produzem, é agradável ver a calma em que se deixam esquecer. Aqui vive-se depressa. *Times is money* é muito literalmente entendido, e por consequência toda a vida retroativa é desconhecida, daí a necessidade de não dar aos mortos outra prova de amizade que a de enterrá-los com flores, esquecendo-os logo em seguida como *useless* [...]².

A tragédia é a de que nos esquecemos do que temos de lembrar e damos pouca atenção àquilo que, se viesse a merecer adequado enfrentamento, conferiria duração maior à aventura humana sobre a Terra, hoje seriamente ameaçada, por incúria nossa. Não há inocentes quando se despreza o significativo acervo de péssimas novas a respeito da natureza em todo o mundo. Ou quando se esquece de tais denúncias, assim como se costuma fazer com tantas outras de nenhuma importância para a nossa vida presente e para o futuro das gerações que sequer nasceram. Confundir o verdadeiro com o falso e tratar ambos com a mesma régua, um pecado de que a humanidade se arrependeria, se estivesse viva para nutrir tal sentimento.

Passemos a notícias mais atuais e veiculadas em vários órgãos da mídia. Em 8 de fevereiro de 2017, divulgou-se que o governo prepara um projeto de lei que reduz em 65% as áreas das unidades de conservação que foram demarcadas por decretos da ex-presidente da República. A proposta afeta uma das áreas mais sensíveis da Amazônia, exatamente na região sul do Estado do Amazonas, fronteira com Mato Grosso e Rondônia.

As áreas protegidas atingem hoje 2,697 milhões de hectares e o projeto as reduz para 1,772 hectares. O pedido foi da bancada parlamentar do Amazonas,

entregue à Casa Civil da Presidência da República para encaminhamento ao Congresso.

O argumento é sempre o mesmo: inibição de investimentos do agronegócio e da indústria na região preservada. Só que tais unidades foram objeto do decreto porque formam um cinturão verde contra o avanço do desmatamento, da extração ilegal de madeira, da grilagem de terra. Integram o conteúdo da promessa brasileira de honrar o Acordo de Paris, que ora é também alvo de ameaça por parte do novo governo norte-americano.

Mais uma iniciativa que deixou de lado o Ministério do Meio Ambiente, que no Brasil já foi uma vez entregue à “grife verde”, Marina Silva, opção à época elogiada pela comunidade internacional, mas que não passou de gesto de marketing verde. Pois ela perdeu todas as paradas na defesa da natureza e se viu compelida a abandonar o Ministério.

Por ironia, o Ministro do Meio Ambiente, no momento da divulgação da intenção dos deputados da Amazônia, estava a participar de uma “Caravana Verde”, em visita a Estados da Amazônia Legal, com o objetivo de avaliar e definir ações de combate ao desmatamento.

Evidente que a concretização desse intento poderia legitimar a invocação do princípio da “vedação do retrocesso”, pois se há pouco se considerou fundamental traçar um limite ao desmatamento, impossível que menos de um ano depois, se considere desnecessária a medida.

Para a redução da área de preservação seria necessária ao menos a análise técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que não foi ouvido. Sem isso, tenta-se extinguir a Área de Proteção Ambiental de Campos de Manicoré, com redução da Reserva Biológica do Manicoré, do Parque Nacional do Acari, da Floresta Nacional de Aripuanã e da Floresta Nacional de Urupadi.

Os ambientalistas são a escassa maioria e a voz tímida em confronto com os interesses econômicos. Mas não se calam. Nurit Bensusa, coordenadora adjunta do Instituto Socioambiental – ISA, condena a tentativa. A medida fragmenta áreas de proteção vitais para a sobrevivência da Amazônia. “É como esquartejar a floresta em fragmentos descontínuos.

² JOAQUIM NABUCO, “Diários”, Volume 1 - 1873-1888, Bem-te-vi produções literárias, Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, s/d, pp. 143-144.

É o início do fim de uma floresta³. Reduzir-se a dimensão de unidades de conservação ao longo de estradas que tanto mal já causaram àquela floresta, como a BR-319 e a Transamazônica, é um convite à grilagem e ao desmatamento escancarado. Coisa que nunca teve cobro nem vedação concreta no Brasil das “oportunidades”.

Onde estará a verdade? Com os parlamentares que tiveram a iniciativa ou com os ambientalistas?

Outra verdade propalada por cientistas da Embrapa e agora da Unesp é a de que o plantio de cana-de-açúcar não extingue a fauna paulista. Ao contrário do que possa parecer, o melancólico “mar verde” em que São Paulo se transformou, acabando com a vocação dos minifúndios, não eliminou os animais nativos da mata paulista.

Ao menos, é o que dizem pesquisadores da Unesp de Rio Claro. Para eles, os fragmentos de mata atlântica que sobraram em meio ao canavial abrigam 90% dos mamíferos de médio e grande porte originalmente encontrados no Estado de São Paulo.

Os próprios cientistas apuram que os vertebrados de grande porte são dificilmente encontrados. São sobreviventes. Antas e queixadas, o maior suíno selvagem do País, são raras. Mas a boa notícia é que a ligação desses fragmentos poderia gerar ambiente favorável à manutenção de sobrevivência dessas espécies.

Não se pode negar que, para a maioria das espécies animais, é inviável atravessar espaços que foram subtraídos à mata nativa e substituídos por cana-de-açúcar, em busca de alimento ou de um parceiro para se acasalar. São problemas hoje aparentemente insolúveis, principalmente porque os fragmentos de mata são cada vez menores. A ânsia da produtividade vai eliminando aquilo que a lei manda preservar: a mata em torno aos cursos d’água e topos de morro, bem como a reserva de floresta em 20% das propriedades rurais.

O trabalho se fez em 22 áreas paulistas, cada uma delas com cerca de 1.250 hectares, que tivessem fragmento florestal cercado de plantação de cana. A busca era por 31 espécies de animais mamíferos de médio e grande porte, enquanto foram encontradas

29. Mas duas delas são exóticas, ou seja, não nativas: o cão doméstico e o javaporco, cruzamento de porco doméstico e javali, um híbrido que é considerado praga em certas regiões.

A presença maciça da cana seria motivo para afugentar os animais, que viram o seu *habitat* destruído. Mas cerca de 90% das espécies esperadas foram encontradas em ao menos alguns fragmentos de mata. Em média, havia 11 espécies por área. O mínimo foi 7 e o máximo 18. Os mais comuns: tatu-galinha, quati e guaxinim. Os mais raros: cachorro-vinagre e ouriço-cacheiro.

O ideal seria a criação de corredores ecológicos que pudessem conectar as populações restantes da fauna paulista. Mas isso não parece merecer maior consideração por parte dos responsáveis por fazê-lo.

Uma terceira consideração diz respeito à água. Recurso infindável? A crise hídrica de 2014 provou que não. Embora o Brasil possua 12% da água doce do Planeta, ela é muito mal distribuída. Onde é abundante, a população é escassa. Onde falta, a população é excessiva e mal educada. Porque o grande problema da escassez é a gravidade resultante da poluição e do desperdício. Ambos problemas vinculados à educação do povo.

O Instituto Trata Brasil, especializado em saneamento básico, constatou que apenas na cidade de São Paulo, existem mais de 2 mil assentamentos irregulares. Quase 15% da população paulistana vive em moradias inadequadas. Isso significa uma perda de 2,5 bilhões de litros de água a cada mês. Cerca de 1,25 bilhão de litros por mês é o que vaza das mangueiras improvisadas, volume suficiente para abastecer 114 mil imóveis. Ou uma cidade do porte de São Vicente, Piracicaba ou Itaquaquecetuba.

De janeiro a dezembro de 2015, foram desviados por fraude 3,7 bilhões de litros de água potável, suficientes para abastecer 400 mil pessoas por um mês inteiro. São 52 casos de fraude detectados por dia. O valor da água furtada saltou de R\$ 17,4 milhões em 2014 para R\$ 32,6 milhões em 2015, um aumento de 87%.

Essa conduta não deriva apenas de má-fé, dolo ou premeditação. Há muita ignorância também. E ignorância é falta de educação. Se houvesse consistente educação, formal e informal, para toda a população, os prejuízos causados a toda a sociedade seriam minimizados.

³ “Projeto reduz em 65% as florestas demarcadas por Dilma”, reportagem de André Borges, de Brasília, in OESP, 08/02/2017, p. A13.

A população se utiliza dos cursos d'água, que eram tão abundantes em todo o território paulista, com extrema crueldade. A partir do Poder Público, a sepultar os córregos, substituídos por asfalto ou leito carroçável para servir à civilização do automóvel. O transporte mais egoísta e poluidor que pode existir... Mas aqueles que ainda subsistem passam a servir como condutores de tudo aquilo que a população refuga: móveis, geladeiras, carcaças de carro, toda espécie de objetos, detritos, resíduos, cadáveres de animais e até mesmo fetos. Tudo é lançado a essa "lata de lixo corrente" que é a maioria dos rios mortos de São Paulo.

Já o uso do esgoto doméstico não é melhor. Grande parte do povo das ocupações irregulares arremessa o esgoto "*in natura*" nos córregos, riachos e rios. Mas quem é servido de esgoto — e grande parte dos moradores da capital o é — também nem sempre sabe usar desse benefício. Entope as redes, jogando restos de alimento ou lixo em geral na pia, no ralo ou no vaso sanitário. Desconhece que dispensar óleo na rede de esgotos causa entupimentos e refluxo. Deixa de guardar o óleo usado em garrafas descartáveis, para entregá-las posteriormente à reciclagem, nos lugares destinados a esse recolhimento.

Muitos moradores fazem ligações clandestinas da rede de escoamento da água da chuva na rede coletora de esgotos. A interligação é prejudicial, pode sobrecarregar as redes e causar retorno do esgoto doméstico para dentro das casas.

Tudo isso é verdade ou pós-verdade?

Para os cientistas, sem uma reforma hídrica, o risco de racionamento de água voltar a São Paulo nos próximos anos é mais do que real. Não é somente possível. É muito provável.

O geógrafo Wagner Costa Ribeiro, titular do Departamento de Geografia da USP diz que "não aprendemos nada. Crise não começa nem termina por decreto"⁴. São urgentes as reformas estruturais, tanto por parte do governo, como por parte da população. Esta precisa mudar sua cultura do desperdício. Aprenderá a duras penas. Não é apenas o custo do fornecimento de água potável que aumentará. O risco maior é o de ficar sem água. E se o petróleo é algo que se pode dispensar, sem água não se vive.

A população sentiu o que é racionamento, redução da oferta de água e o que isso significa na rotina da cidade. Mas não se verificou reação consequente com a gravidade do drama. Não basta a realização de obras de captação, interligação de reservatórios, aquisição de dispendiosas bombas de sucção de água. A resposta está na natureza. É urgente a recuperação e preservação das matas nas áreas dos mananciais. Somente um projeto permanente de redescoberta dos córregos, de despoluição das águas, de replantio das matas ciliares e outras reservas é que traria segurança hídrica para as cidades.

Não é muita gente que se preocupa com a questão, principalmente com a parte intimamente vinculada com a falta de educação, de escrúpulos ou mesmo de caráter de parte da população. Nas cidades desenvolvidas do planeta — citem-se, como exemplo, Roma, Londres, Hong Kong, Chicago e Oslo — não existem os "vilões dos vazamentos", que acrescentam aos 20,9% de perdas físicas ali registradas, os mais de 10,8% verificados no Brasil. Este "segundo vilão" resulta de

[...] furtos, fraudes e erros de medição. Como temos esse problema por aqui, mais 10,8% da água produzida é consumida, mas não é faturada - vira perda. Ou seja, alguém bebe essa água e provavelmente deixa a torneira aberta, causando desperdício, já que não paga por isso [...]⁵.

Há quem não acredite, há quem não se incomode. Mas todos pagam pela conta. Existe mesmo a legião dos que pensam "não terem nada com isso", pois o problema é do Governo. Mas o Governo é uma estrutura sustentada pela cidadania. Por aqueles que pagam impostos. Cada vez mais pesados, principalmente numa economia crítica e sem perspectivas previsíveis de recuperação.

Se em 2010 eram 80% das pessoas residindo em área urbana, em 2040 serão 90%. Não se investe numa diáspora ao inverso, com estímulos a que as gentes voltem ao campo. Nem se há como continuar a dizer que a vida rural é desprovida de bens essenciais à vida contemporânea. Praticamente não há espaço em São Paulo que não seja coberto por banda larga e que permita comunicação contínua e de qualidade com

⁴ "Água Parada", texto de Eduardo Geraque, FSP, Especial do Dia Mundial da Água, 22/03/2016, p. 2.

⁵ JERSON KELMAN, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, in "Segurança hídrica e perdas de água", OESP 15/03/2017, p. A2.

o mundo online. Onde está o isolamento que forçou as migrações? Quem experimentou a vida na periferia das cidades, o subemprego, as deficiências do serviço público, anseia pelo retorno à presumível tranquilidade campestre. Essa é uma política pública a merecer maior consideração por parte de todos. O Brasil só perde com o inchaço das cidades e o esvaziamento do campo.

Tudo isso é verdade ou pós-verdade?

A verdade é que a proclamação do constituinte de 1988 é muito edificante em relação ao meio ambiente. O art. 225 é uma das belas expressões da engenhosidade humana. Teve a coragem de erigir o direito ao meio ambiente como direito fundamental intergeracional. Pois considerou “sujeito de direito”, não mero “expectante” de direito, o nascituro de todas as épocas do amanhã. Tornou o homem concreto um responsável pela conservação do ambiente para as futuras gerações. Mas na prática, tudo foi sacrificado em nome de uma equivocada noção de “desenvolvimento”. Nem mesmo o perigo trazido pela patologia hídrica em 2014 o comoveu. Tanto que, na visão do meteorologista da USP Augusto José Pereira Filho,

[...] quem acabou com a crise de água foi a natureza, com nossa forçosa cooperação. Somos 100% dependentes do sol e da chuva. Hoje, pode-se antecipar tais extremos e, assim, melhorar a gestão da água e da qualidade de vida [...]⁶.

É natural para a medíocre capacidade de apreensão do ser humano, que superado o auge da crise, acomodem-se os que poderiam impulsionar um sério programa de prevenção para outros estresses hídricos. São necessárias obras, sim. Mas elas são insuficientes. Ajudar a natureza a nos ajudar é essencial. Saber aproveitar aquilo que nos foi oferecido gratuitamente e que não sabemos conservar.

O quadro é aterrador, para quem se detiver a analisá-lo. Prevê-se no mínimo 55% de crescimento na demanda por água no mundo. A demanda no setor industrial atingirá 400%. O uso doméstico será impactado pela poluição e pelas mudanças climáticas em zonas áridas e costeiras. 20% dos reservatórios subterrâneos são explorados acima do que seria aceitável.

Seriam necessários US\$ 53 bilhões por ano, ao menos por cinco anos — e se isso parece muito, é menos do que 0,1% do PIB mundial de 2010 — para universalizar o acesso à água no Planeta. Esse dinheiro é de ser aplicado no combate à pobreza, no desenvolvimento econômico e na proteção ambiental.

O Brasil sabe disso e já se comprometeu a fazer sua parte. O compromisso com que se acenou na Eco 92 foi reafirmado em 2012 na Rio+20. Até 2030 — e falta pouco para isso — será necessário que todos tenham acesso igual e seguro à água potável. Deverá ser extirpada a defecação a céu aberto. Propiciar-se-á saneamento e higiene equitativos para toda a população. É preciso melhorar a gestão dos recursos hídricos, com implementação do reúso e de técnicas dispendiosas, como a dessalinização.

Além disso, há de se reduzir pelo menos até a metade a poluição orgânica e por agrotóxicos. Adotar práticas de uso eficiente de água na indústria, agricultura e nas residências. Até 2020, e faltam na verdade apenas dois anos, é imprescindível proteger e restaurar ecossistemas relacionados à água, incluindo montanhas, florestas, rios, aquíferos e lagos.

Se isso não for feito, as estimativas mostram que em várias partes do mundo o conflito entre usuários e os diversos tipos de uso vão aumentar. No mundo real, isso pode significar tanto guerras de fato, quanto um acesso cada vez mais caro aos recursos hídricos.

Como acreditar que se atingirá esse ponto mínimo de segurança hídrica, se o Brasil desperdiça mais de um terço da água tratada que distribui? A informação é do Ministério das Cidades. A água jogada fora daria para encher sete vezes o reservatório do Cantareira, o maior em operação na Grande São Paulo.

Nisso também competimos no ranking dos maiores desperdiçadores de água. Superamos a China (22%), Rússia (23%), Estados Unidos (13%) e Austrália (7%). A água tratada foge pelas redes antigas e pelas oscilações de pressão nos dutos. A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES salienta, ainda, os vazamentos, a falta de hidrômetros, falhas na medição e ligações clandestinas.

Se a pobreza é uma das características presentes nesse quadro, diante da ignorância sempre componente do desperdício, a criminalidade também não está ausente. Há uma rede de inescrupulosos infratores que oferecem serviço de fraude a grandes consumidores, com aparelhos que burlam a leitura dos

⁶ “Água Parada”, cit., idem, ibidem.

hidrômetros. As perdas na SABESP, a maior companhia de saneamento do Brasil, chegam a 32,8%, de acordo com o Ministério das Cidades. Pasmem: o Amapá é campeão em desperdício: 78,2% da água tratada não chega ao consumidor final. E no ranking, a melhor posição é a do Distrito Federal: 27,1% de perda.

Tudo isso tem a ver com qualidade de vida. As maiores perdas coincidem com o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano menos compatível com o desejável. Educação ambiental é a mais eficaz dentre as vacinas utilizáveis. A Coalizão Cidades pela Água, liderada pela TNC – *The Nature Conservancy*, é movimento lançado em 2015 sob a forma de força-tarefa de combate à falta d'água com a preservação de rios e nascentes nas áreas mais expostas à escassez. A ciência mostra que as árvores ajudam no processo de infiltração, filtragem e armazenamento da água. Enquanto isso, o desmatamento atua em sentido contrário.

A TNC fez um estudo cuja conclusão é de que houvera restauração de 3% das áreas desmatadas nas bacias que formam o sistema Cantareira e Alto Tietê e a redução do processo de erosão de nascentes e riachos que abastecem São Paulo atingiria 50%! Isso é verdade, não pós-verdade! Mas não é levado a sério.

Assim como não se dá crédito à ascensão do roubo de madeira em terras indígenas. É o que ocorre na tríplice fronteira amazônica. Nas duas primeiras semanas de março de 2017, houve duas grandes apreensões, num total de 1.632 toras. Episódio que gerou atrito entre autoridades brasileiras e peruanas. É o sentido inverso do caminho da cocaína. A madeira é roubada da Terra Indígena Vale do Javari e levada ao Peru. O Ibama, a Funai e o Exército brasileiro se preocupam com o ataque a esse imenso potencial: 8,5 milhões de hectares, o segundo maior território indígena do Brasil, totalmente desguarnecido de segurança.

A Amazônia peruana registrou aumento sensível da atividade madeireira ilegal: 78% da madeira inspecionada em 2015 tinha origem ilícita. Como os estoques no Peru já são escassos, as quadrilhas agem com desenvoltura em pleno território brasileiro. Recebem auxílio de brasileiros, ameaçam os índios, derrubam as árvores e as transportam através dos rios até o Peru. Não é improvável que o Brasil venha até a pagar por madeira sua, importada do Peru...

Outro tema polêmico e que serve a várias leituras é o da proteção aos animais. Inúmeros tons mesclam

o debate. Desde o clássico “bicho também é gente” ao mais absoluto desprezo pela vida que não seja humana. A pimenta vem por conta de um projeto de lei que pretende permitir a caça aos animais selvagens, proibida no Brasil desde 1967.

O Deputado Federal Valdir Colatto, de Santa Catarina, propôs o PL 6.268/2016. Justifica a iniciativa com o perigo gerado pelos animais invasores, seja em relação às pessoas, seja no tocante à agropecuária. Espécies nativas e exóticas, sem predadores naturais, converteram-se em verdadeira praga.

Para organizações como o Greenpeace no Brasil, a medida é um retrocesso. Animais na lista da extinção ficarão ainda mais expostos, como pacas, porcos-do-mato e veados. Para quem defende a iniciativa, propõe-se uma nova política para a fauna brasileira, regulamenta a caça e, em alguns casos, a comercialização de animais silvestres. Hoje a caça é proibida, salvo para fins de subsistência, em todo o Brasil. Uma única espécie está excluída da proteção: o javali europeu, que o Ibama liberou para ser abatido.

O projeto revoga a proibição de caça, vigente desde 1967, permite a criação de “reservas de caça”, libera o abate de animais que ameacem a produção agropecuária, torna mais brandas as penas para quem é pego caçando regularmente e cria a possibilidade de venda de animais de áreas de preservação ambiental.

Os protetores dos animais afirmam que a mudança seria catastrófica para várias espécies, especialmente aquelas que costumam atacar rebanhos, como a onça-pintada, praticamente em extinção. Bichos que já são tradicionalmente muito caçados no País ficariam em situação ainda mais vulnerável, como a paca, os porcos-do-mato e o veado.

O tema nem sempre merece atenção, num País em que a desigualdade não para de crescer e no qual a exclusão tem sido a regra, desde a colonização. É fácil contra-argumentar em relação a quem defende os irracionais, com oferta de números estarrecedores no âmbito da proteção da infância. Esvazia-se o discurso e é mais um dos assuntos que o brasileiro costuma “esconder sob o tapete”!

O momento que a Humanidade enfrenta é delicado. Inteligência artificial em ascensão, internet das coisas sugerindo um futuro em que o inesperado será o principal personagem, disponibilidade plena dos avanços científicos e tecnológicos. Tudo isso a

conviver com a barbárie e com mostras crescentes de retrocesso e involução.

O Brasil é vulnerável por não ter sabido edificar uma Democracia sólida e por conviver com práticas nefastas de apropriação do poder. Com a pretensão de figurar entre as dez maiores economias do Planeta, tolera lamentáveis contradições entre o discurso e a prática.

Pouquíssimas vozes, já roucas e com reduzido espaço, tentam evidenciar o descompasso. Carlos Rittl, doutor em biologia tropical e recursos nacionais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e secretário-executivo do Observatório do Clima, rede de 42 organizações da sociedade civil, escreveu um libelo recente:

O desmatamento responde por 46% das emissões brasileiras. Nos últimos dois anos, ele subiu 60% na Amazônia. Isso nos afasta da meta doméstica de reduzir a devastação em 80% até 2020: o esforço agora terá de ser duas vezes maior! [...]7.

Continua a afirmar que o Ibama perdeu recursos do Tesouro e hoje depende de doações internacionais para combater o desmatamento e que foi um “presentão” aos desmatadores a MP que cortou pela metade a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. “Quando coisas assim acontecem, a mensagem é clara: invadir terra pública e botar abaixo floresta são delitos que compensam”8.

O retrocesso na tutela ambiental, cuja proclamação retórica já se enfatizou, é atribuída à chamada “bancada ruralista”, que “nunca teve tanto poder, nem soube tão bem exercê-lo em proveito de suas agendas — que vão do enfraquecimento do licenciamento ambiental a uma nova flexibilização do já permissivo Código Florestal”9. A visão do cientista é catastrófica: a continuar assim,

[...] com tanto retrocesso, logo não haverá um país para tirar da crise. Uma das primeiras vítimas será o agronegócio: antes do meio do século, a soja poderá ter uma redução de 40% na sua área devido ao aquecimento global [...]10.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, programas de ajuda internacional, combate ao aquecimento global e iniciativas que beneficiem os mais pobres são os mais prejudicados na proposta orçamentária do Presidente Trump. “Nós não vamos mais gastar dinheiro nisso”, disse o chefe do Gabinete de Gestão e Orçamento da Casa Branca, Mick Mulvaney, em relação às mudanças climáticas. “Achamos que isso é um desperdício de dinheiro”11. Os EUA acabaram com as contribuições para o Fundo Verde para o Clima, criado pelo Acordo de Paris com o objetivo de financiar iniciativas de mitigação e adaptação de países em desenvolvimento aos efeitos do aquecimento global. A contribuição americana seria de 3 bilhões de dólares, dos quais um bilhão Barack Obama liberou poucos dias antes da posse do sucessor. Além disso, interrompeu-se o programa de 350 milhões de dólares a cargo do Departamento de Estado para financiar investimentos em energia renovável em outros países.

Parece pouco crível que o líder daquela que é considerada a maior democracia do ocidente não acredite nos efeitos do aquecimento global. Menos crível, ainda, é que muitos nele acreditem e considerem os alarmes um sintoma do “catastrofismo” dos ambientalistas.

O fenômeno das “fake news”, ou das “notícias falsas”, gera uma dúvida confortável para quem não quer se preocupar. É preciso ter presente que é possível coexistirem múltiplas versões para a mesma história. A capacidade de elaboração de um raciocínio conciliatório entre versões e pontos de vista antagônicos, ou — mais simplesmente — chegar a uma síntese, é faculdade adquirida na adolescência. Só que nossa época oferece um quadro policrômico em relação aos adolescentes. Uma grande maioria tende a ser *absolutista*, ou seja, se apegua a um ponto de vista e considera os demais falsos, errôneos ou equivocados.

As crianças têm dificuldade em conciliar versões conflitantes. O drama é que, intelectualmente, muitos adultos continuam pueris. É urgente aprofundar o treino de análise de texto. Identificar a origem, reconhecer argumentos razoáveis, conhecer os autores, mapear interesses e pontos de vista implícitos ou explícitos.

7 CARLOS RITTL, “Presidente, precisamos falar sobre clima”, in FSP de 16/03/2017, p. 3.

8 CARLOS RITTL, idem, ibidem.

9 CARLOS RITTL, idem, ibidem.

10 CARLOS RITTL, idem, ibidem.

11 CLÁUDIO TREVISAN, “Orçamento de Trump derruba gastos com meio ambiente, ciência e pobreza”, OESP de 17/03/17, p. A13.

O sucesso das notícias falsas faz supor que a maioria dos adultos não é formada de bons ex-alunos. Ou que a competência para detectar o certo e o real tenha-se ocultado ou se iniba quando a notícia tiver potencialidade de alarmar ou trazer apreensão.

A defesa do ambiente é campo fértil e instigante para se analisar as consequências derivadas das “fake news”. As mudanças climáticas provoca emotivo e até agressivo embate entre cientistas, ativistas e setores do agronegócio e grandes petroleiras. A intensidade com que se propalam as novas, o valor econômico despendido nas campanhas de “orientação” ou de “esclarecimento”, inibe melhor definição da realidade e solidifica noção falsa em milhões de mentes.

A crise de informação impõe o uso intensivo dos conhecimentos de ciências sociais para decifrar a maneira pela qual as massas reagem às notícias. Como a verdade é poliédrica, não funciona taxar como “falsa” a informação que não condiz com nossa orientação. A receita será o treino das pessoas a uma consciente análise crítica.

Tudo se torna mais preocupante com a rapidez e instantaneidade da disseminação de dados pelas redes sociais virtuais. Tim Berners-Lee, cientista britânico responsável pela criação da web, divulgou uma carta aberta em que salienta três desafios a serem superados para salvar sua criação:

[...] a perda de controle sobre dados pessoais, a facilidade de disseminar desinformação, como notícias falsas, e a falta de transparência existente na propaganda política *online* [...] ¹².

A cada momento voluntariamente disponibilizamos nossos dados pessoais e eles são armazenados pelas grandes empresas de coleta, como Google, Facebook e Amazon. Renuncia-se ao benefício de controlar diretamente nossos dados pessoais e de escolher quando, como e com quem compartilhá-los. A consolidação da forma como as pessoas procuram informações pelas redes, que selecionam o conteúdo a ser exibido com base em algoritmos que “aprendem” com a coleta dos dados pessoais,

[...] o resultado final é que esses sites mostram o conteúdo do que eles acham que vamos clicar. O que significa que uma informação errônea, ou uma

notícia falsa, surpreendentemente chocante ou pensada para atrair nossos preconceitos, pode se espalhar como incêndio florestal [...] ¹³.

Um sinal de esperança é a reação, — ainda muito tímida, é certo, — que a situação gerou. O “Projeto Credibilidade”, financiado pelo Google e por Craig Newmark, do site de classificados Craigslist, propõe a adoção de “sinais de credibilidade” nas notícias. Identificar o autor e explicitar sua familiaridade com o assunto, a experiência já adquirida e sua possível competência técnica para dissertar a respeito. Os veículos de disseminação da informação também devem rotular com clareza maior seus textos, designando-os como notícia, opinião ou análise, por exemplo.

Mas o certo é continuar com a educação ambiental eficaz, efetiva e, conseqüentemente, eficiente. Não se leva a sério no Brasil a urgência de formar uma cidadania atenta aos males contínua e crescentemente perpetrados contra esse patrimônio natural que ninguém construiu, mas que sabe, infelizmente, destruir com celeridade.

Desde a mais tenra infância, a criança deve aprender que tudo interfere em tudo. Oxigênio é vital para a sobrevivência. Assim como a vegetação. Assim como a água e tudo o que poluímos, destruímos, conspurcamos.

O Planeta já se cansou de emitir sinais de exaustão. Tudo tem parecido insuficiente. Mas ele continuará a existir depois que a humanidade acabar. Projeto que, aparentemente, foi premeditado. Pois a ninguém hoje é dado desconhecer aquilo que estamos fazendo contra a natureza e que causará a nossa extinção, assim como espécies irracionais já foram extintas no passado.

A Terra continuará seu trajeto rumo ao desconhecido. Mas prescindirá da espécie humana para isso.

Verdade ou pós-verdade?

¹² “Criador da web alerta para desinformação”, in FSP, 13/03/2017, p. A15.

¹³ “Criador da web...” cit., idem, ibidem.